



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Embargos de Declaração nº45997-0/02

Embargante: Sistemaq Automação Ltda.

Embargado: Jacy Glasner de Lima

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

5ª CÂMARA CÍVEL

234

R
5469

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL -
EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO -
INEXISTÊNCIA - PREQUESTIONAMENTO -
REJEITADOS À UNANIMIDADE.**

- Inexistente qualquer das hipóteses do art. 535 do CPC, uma vez que o aresto embargado examinou, fundamentadamente, as questões pertinentes debatidas nos autos, não prosperam os embargos de declaração opostos, ainda que para fins de prequestionamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos embargos de declaração nº45997-0/02, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quinta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, sessão de / /2010, à unanimidade de votos, em negar provimento aos embargos, nos termos do voto do Relator.

Recife, 27 de 01 de 2010.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



235

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Embargos de Declaração nº45997-0/02
Embargante: Sistemaq Automação Ltda.
Embargado: Jacy Glasner de Lima
Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva
5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração com pedido de efeito modificativo e para fins de prequestionamento, opostos em face do acórdão de fl.22, o qual negou seguimento ao recurso de apelação, tombado sob o nº45997-0.

Em suas razões, às fls.02/07, aduz que houve omissão no acórdão embargado, bem como nulidade na intimação da embargante para que exercesse interesse no prosseguimento da apelação. Afirma que no julgamento do recurso de agravo, esta E. Câmara prosseguiu com equivocado entendimento. Assevera que foram transgredidos os arts.236 e 238 do Código de Processo Civil.

Requer, desta feita, o provimento dos presentes embargos no sentido de sanar os vícios acima elencados.

É o relatório.

À votação.

Recife, de de 2010.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



236

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Marins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Embargos de Declaração nº 45997-0/02

Embargante: Sistemaq Automação Ltda.

Embargado: Jacy Glasner de Lima

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

5ª CÂMARA CÍVEL

Sr. Des. Presidente, Sr. Desembargador, Sr.(a) Procurador(a) de Justiça.

VOTO

Não assiste razão à embargante. Mister se faz transcrever parte do *decisum* embargado, *in verbis*:

"(...)A recorrente aduz que o endereço constante da carta de intimação não é o correto, o que a impossibilitou de receber a referida carta e informar o seu interesse no prosseguimento do feito.

Ao que observo, a Diretoria Cível procedeu com a intimação da recorrente na pessoa do seu representante legal, tendo como base o endereço informado nos autos pela própria agravante, fl.34, não havendo que se falar em nulidade dos atos intimatórios.

Quanto a alegação de que o aludido endereço diz respeito ao imóvel objeto do despejo, o qual fora desocupado desde 04.05.1998, também não assiste razão à agravante. Isso porque, este é o endereço constante dos autos. Ademais, é ônus da parte dar ciência ao poder judiciário sobre eventual mudança de endereço, o que *in casu* não ocorreu.

Dentro desse contexto, compulsando minuciosamente os autos, observa-se que não há notícia nos autos do novo endereço da recorrente, por meio do qual poderiam ser feitas as necessárias intimações.

Verifica-se que a parte recorrente não cuidou de regularizar o seu endereço, consoante determina a norma inserida no art.238 do Código de Processo Civil, senão vejamos:

"Art. 238. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais e aos advogados pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria.

Parágrafo único. Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial, contestação ou embargos, cumprindo às partes atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva."



237

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Diante da conduta da recorrente, restou prejudicada a apreciação do recurso apelativo.

Acresça-se que a recorrente somente veio informar seu novo endereço na peça inicial deste recurso de agravo, fl.08, restando comprovado que não realizou a aludida diligência no momento processual adequado, consoante determina a legislação pertinente.

Assim, não poderia a diligência determinada por esta Relatoria seguir para o endereço que a agravante/apelante traz como correto na peça do recurso de agravo se este não constava dos autos.(...)"

Desta feita, não há que se falar em qualquer omissão no acórdão embargado.

Importante ressaltar que, tendo sido a matéria jurídica tratada nos autos enfrentada, a exigência do prequestionamento está preenchida, mesmo sem a citação expressa dos dispositivos legais invocados pela parte.

Suficientemente apreciadas, portanto, as questões, descabem os embargos, ainda que para fins de prequestionamento.

Neste sentido, eis a lição de Fredie Didier Jr. e Leonardo Cunha: *"Preenche-se o prequestionamento com o exame, na decisão recorrida, da questão federal ou constitucional que se quer ver analisada pelo Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal. Se essa situação ocorre, indubitavelmente haverá prequestionamento e, em relação a esse ponto, o recurso extraordinário eventualmente interposto será examinado. Partindo dessa premissa, é inócua a discussão quanto à possibilidade do chamado prequestionamento implícito"*¹.

A função dos embargos de declaração é, apenas, a de afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão.

No caso *sub judice*, não vislumbro violação ao art. 535 do CPC, visto que o v. acórdão embargado apreciou corretamente a matéria trazida no recurso, encerrando, com isso, sua prestação jurisdicional.

Os aclaratórios são de natureza, em princípio, meramente integrativa, sendo raros os casos em que a doutrina e a jurisprudência aceitam o caráter infringente. Pretende a embargante, aqui, rediscutir questões já decididas e devidamente fundamentadas, não existindo omissão, obscuridade ou contradição.

¹ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo. Curso de direito processual civil. 5. ed. Salvador: JusPODIVM, 2008, v. 3, p. 256.



238

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Não se prestam os declaratórios para que se adapte a decisão ao entendimento do embargante, nem para combater a orientação adotada no julgado.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento aos embargos de declaração, por entender inexistentes os vícios elencados pelo artigo 535 do CPC.

É como voto.

Recife, de de 2010.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva.
Relator